

PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO AMBIENTE ESCOLAR: REALIDADE DE ESCOLAS DO RECIFE-PE

Elyda Michellyne Coutinho de Oliveira¹; Tatiane Gomes Guedes²

¹Estudante do Curso de Enfermagem - CCS – UFPE; E-mail: elyda_michellyne@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Enfermagem – CCS – UFPE; E-mail: tatiguedes@yahoo.com.br.

Sumário: Objetivou-se analisar a atuação do Programa Saúde na Escola (PSE), no âmbito da saúde sexual e reprodutiva. Para tal, realizou-se um estudo exploratório-descritivo, em escolas municipais e estaduais de Recife-PE. A amostra, definida por cálculo proporcional estratificado, foi composta por coordenadores pedagógicos. Para a coleta de dados, realizada no período de março a abril/2015, utilizou-se um formulário semi-estruturado. O estudo observou os princípios norteadores da Resolução 466/2012. Participaram 44 coordenadores pedagógicos, com média de idade de 48 anos. Mais da metade dos participantes (52,3%) referiu mais de 5 anos na função de coordenação pedagógica. 84,1% dos entrevistados relataram haver, na escola, atividades educativas voltadas para saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, sendo 75% destas realizadas de uma a duas vezes/ano. Apenas 7 (15,9%) escolas tiveram a participação do PSE nas atividades educativas em questão, com destaque da participação dos enfermeiros. A atuação do PSE na saúde sexual e reprodutiva de adolescentes apresentou-se de forma restrita. Ressalta-se a importância da participação dos coordenadores pedagógicos na realização destas atividades.

Palavras-chave: saúde escolar; saúde do adolescente; saúde sexual e reprodutiva; pessoal de saúde

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase marcada por várias mudanças, as quais incluem seu comportamento individual e coletivo, além das mudanças físicas e psicossociais. Diante disso esses indivíduos tornam-se expostos a vulnerabilidades, podendo citar o desenvolvimento sexual como um fator importante. A atividade sexual exercida precocemente leva esses jovens aos riscos de DST/HIV/AIDS e a gravidez não planejada. Isso ocorre muitas vezes por falta de informações, que podem ser decorrentes de uma deficiência dialógica dos pais e/ou constrangimento para abordar o tema, além da falta de desempenho dos educadores. A escola, parte essencial do nosso estudo é um cenário muito apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação sexual, pois além de uma ação direta que exerce sobre os educandos, indiretamente incentiva a própria família a desempenhar o seu papel (BRASIL, 1994). Todavia é necessário ter a participação dos profissionais de saúde nos projetos voltados para a educação sexual dos adolescentes, ou seja, o vínculo de educação e saúde é extremamente importante para a vinculação dos jovens com as instâncias do cuidado. Isto levou o ministério da educação a lançar o Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como uma de suas ações a saúde sexual e reprodutiva, sendo este o foco do nosso estudo. O Programa Saúde na Escola (PSE) vem contribuir para o fortalecimento de programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Sabendo disso, pesquisamos sobre a ação do PSE voltada para saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes nas escolas municipais e estaduais do Distrito IV do município de Recife-PE, buscando verificar, analisar e averiguar a atuação deste programa. Descobrimos então que das 44 escolas entrevistadas o PSE só era efetivo em apenas sete instituições. E os profissionais que se destacaram nas atividades realizadas foram os enfermeiros. Portanto, concluímos que não é efetiva a participação dos profissionais de saúde no Programa Saúde na Escola, além de não ter a participação de uma equipe multidisciplinar e que esses profissionais não contribuem juntos com os educadores para uma educação em saúde no âmbito da saúde sexual e reprodutiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi de caráter exploratório-descritivo de abordagem quantitativa realizado no município de Recife, nas escolas estaduais e municipais do distrito IV. A população foi composta de um representante, de cada escola participante, responsável pela coordenação pedagógica da instituição. A amostra feita por cálculo proporcional estratificado e teve inicialmente um total de 53 escolas municipais e estaduais. Com as perdas por não disponibilidade das instituições em nos receber, obtivemos no final da coleta um total de 44 coordenadores pedagógicos entrevistados. Os dados foram analisados no Programa SPSS versão 20.0, onde foram apresentados em tabelas, e por meio de referencial bibliográfico pertinente ao tema. O estudo observou os princípios norteadores da pesquisa envolvendo seres humanos conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, tendo aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 36664114.3.0000.5208). Os participantes foram informados sobre os objetivos estabelecidos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar voluntariamente do estudo, sendo garantido o seu anonimato e o direito das mesmas às informações da pesquisa.

RESULTADOS

A idade com maior frequência foi de 45 anos (11,4%). Mais da metade dos participantes (52,3%) referiu ter mais de 5 anos na função de coordenador pedagógico. Dos 44 indivíduos participantes da pesquisa, 25 (56,8%) possuíam pós-graduação na modalidade Lato Sensu (Tabela 1).

Tabela 1: Perfil socioeducacional dos coordenadores pedagógicos. Recife, 2015

Variáveis	N	%
Idade (n=44)		
30 – 37	5	13,6
38 – 41	6	22,7
42 – 46	10	15,9
47 – 51	7	25,0
52 – 55	11	11,3
56 – mais de 60 anos	5	13,6
Tempo na função (n=44)		
Até 1 ano	7	15,9
Mais de um até 3 anos	8	18,2
Mais de 3 anos até 5 anos	6	13,6
Mais de 5 anos	23	52,3
Escolaridade (n=44)		

Ensino superior	7	15,9
Pós-Graduação stricto sensu	12	27,3
Pós-Graduação lato sensu	25	56,8

Em relação às atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva e atuação dos profissionais do Programa Saúde nas Escolas. Os dados mostraram que das 44 instituições as quais foram entrevistados os coordenadores pedagógicos, em 37 havia atividade educativa voltada para saúde sexual e reprodutiva, porém apenas 7 tinham atuação dos profissionais do PSE e 75% das 37 escolas realizavam as ações de uma a duas vezes/ano. Dentre os profissionais de saúde atuantes nas atividades das 7 escolas do Programa Saúde na Escola, os que se destacaram foram os enfermeiros (28,6%), assim como mostra na Tabela 2.

Tabela 2: Perfil relacionado às atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva e atuação dos profissionais do PSE.

Variáveis	N	%
Atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva (n=44)		
Sim	37	84,1
Não	7	15,9
Frequência da realização de atividades (n=37)		
Uma a duas vezes/ano	28	75
Mais de duas vezes/ano	9	25
Realização das atividades por profissionais do PSE (n=37)		
Sim	7	15,9
Não	30	68,2
Categorias dos profissionais que realizavam as atividades (n=7)		
Enfermeiro	2	28,6
2*,4*	1	14,3
1*,2*,3*	1	14,3
1*,3*,6*	1	14,3
1*,5*,6*	1	14,3
1*,3*,4*,5*,6*	1	14,3

*Legenda: 1 – Enfermeiro 2 – Técnico de Enfermagem 3 – Médico 4 – Agente Comunitário de saúde (ACS) 5 – Dentista 6 – Outros

DISCUSSÃO

Constatou-se média de 48 anos de idade entre os coordenadores pedagógicos entrevistados, com idade mínima de 30 e máxima de 66 anos. Destaca-se, também, a idade de 45 anos como a mais freqüente entre o grupo, com (11,4%). Mais da metade dos participantes (52,3%) referiu ter mais de 5 anos na função de coordenador pedagógico. Dos 44 participantes, 25 (56,8%) possuíam pós-graduação na modalidade Lato sensu, 12 (27,3%) tinham pós-graduação Stricto-sensu e apenas 7 (15,9%) tinham o ensino superior.

O coordenador é um agente de transformação no ambiente escolar. Ele deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem que ocorrem no interior dessa instituição. Ao agir na coletividade (com todos os envolvidos no processo de ensino-

aprendizagem), esse profissional vai transformando a prática pedagógica (SOUZA et. al., 2013).

A educação sexual é um processo contínuo e permanente de aprendizagem que abrange a transmissão de informações e o desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis (MATOS, 2003). O presente estudo mostrou que das 44 escolas onde foi realizada a pesquisa, 37 possuíam atividades educativas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, porém com uma frequência de uma a duas vezes por ano o que acaba por não tirar todas as dúvidas dos jovens e vai contra a Lei Nº 60/2009 criada pelo Ministério da Educação que estabelece a obrigatoriedade da aplicação da Educação em saúde em meio escolar.

Além disso, os profissionais do PSE que mais atuaram nestas 7 escolas foram os enfermeiros. A Enfermagem preocupa-se com as ações de educação em saúde, podendo executar esta técnica para trabalhar com as jovens em diferentes setores e segmentos sociais com a meta de isentá-las de riscos (BESERRA et. al., 2008).

CONCLUSÕES

No contexto do presente estudo, o PSE ainda atua de forma rudimentar, mostrando a pouca atuação da Estratégia Saúde da Família no ambiente escolar. É importante a participação dos coordenadores pedagógicos na realização das atividades educativas, considerando a autonomia desses de decidir, junto com o corpo docente, como as ações para a educação sexual e reprodutiva, podem ser realizadas no contexto escolar.

Espera-se que os dados aqui apresentados, fomentem a participação da ESF na educação de adolescentes escolares, das escolas de Recife-Pe e demais escolas brasileiras, na área sexual e reprodutiva, contribuindo para a diminuição da incidência de gravidez precoce e DST desse público-alvo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Pernambuco; Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo apoio financeiro concedido; Às colegas de graduação, Laís Pessoa, Ana Cristina e Lorena Amaral que contribuíram para a realização da pesquisa; À minha orientadora Profa. Dra. Tatiane Gomes Guedes, pelo apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política Educacional em Sexualidade**. Série Educação Preventiva Integral. Brasília (DF): Ministério da Educação e Desporto; 1994.

SOUZA A.J., SEIXAS G.O., MARQUES T.G.O Coordenador pedagógico e sua identidade profissional. Dossiê Temático. Política e Gestão da educação. **Práxis Educacional** 2013. Vitória da Conquista., v.9, n.15. p.39-56 jul./dez.

MATOS, M. Equipa do Projecto Aventura Social & Saúde. **A saúde dos adolescentes portugueses: quatro anos depois**. Lisboa: Edições FMH; 2003.

BESERRA, E.P., PINHEIRO, P.N.C., BARROSO, M.G.T. Ação educativa do enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis: uma investigação a partir das adolescentes. **Esc Anna Nery Rev Enferm** 2008 set; 12 (3): 522-28.